

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Balço patrimonial	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do valor adicionado	12

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	14
3. Receita operacional líquida	17
4. Custos e despesas	18
5. Resultado financeiro	18
6. Imposto de renda e contribuição social	19
7. Resultado por ação	21
8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	21
9. Contas a receber e outros recebíveis	22
10. Intangível e ativo de contrato	23
11. Fornecedores	26
12. Debêntures	26
13. Provisão para perdas em causas judiciais	29
14. Patrimônio líquido	30
15. Gerenciamento do capital	31
16. Instrumentos financeiros	31
17. Partes relacionadas	37
18. Cobertura de seguros	38
19. Compromissos	38
20. Transações não envolvendo caixa	39

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Iguá Rio de Janeiro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de R\$1.309.951 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.092.738 mil em 31 de dezembro de 2022). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve um grande volume de transações e possuem uma base pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas inclui as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido (i) a relevância dos montantes envolvidos; (ii) aos julgamentos relevantes exercidos pela Administração no reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a estimativa da mensuração da receita não faturada; e (iii) o alto volume de transações que ocorrem mensalmente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento da receita, incluindo envolvimento dos especialistas de TI para avaliação dos controles gerais do ambiente de tecnologia e os controles automatizados relacionados a receita.
- ii) Execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de receita, volume vendido e quantidade de clientes, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Companhia.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações.
- iv) Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, verificação dos dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2023, bem como teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão – Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativo de contrato e outorga da concessão, divulgados na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, com os montantes de R\$232.630 mil, R\$169.563 mil e R\$6.900.583 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura.

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida em que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos através da cobrança dos serviços prestados via tarifa. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se ao montante pago em decorrência do contrato de concessão, a qual é amortizada linearmente pelo prazo de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão e, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) as especificidades atreladas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, que envolve determinado grau de julgamento por parte da Administração na alocação entre custo capitalizável e despesas de manutenção; e (iii) ao alto grau de julgamento necessário para a avaliação de recuperabilidade dos ativos, o que envolve análises de premissas subjetivas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão.
- ii) Execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Companhia, a fim de avaliar se não haveria indicativos de redução ao valor recuperável a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2023. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas de negócio relevantes, como crescimento de receita, custos, despesas e taxa de desconto, para avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão teriam sofrido desvalorização.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as adições, com a finalidade de avaliar a ocorrência, valorização e natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas, inspecionando a correspondente documentação suporte.
- iv) Execução de teste, em base amostral, sobre as transferências efetuadas de ativo de contrato (obras em andamento) para intangível, com a finalidade de avaliar a exatidão do momento de início da amortização.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão – intangível, ativo de contrato e outorga da concessão no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 19 de maio de 2023, sem ressalva.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	3	1.359.027	1.062.751
Custo dos serviços prestados	4	(951.800)	(762.105)
Lucro bruto		407.227	300.646
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(135.639)	(190.022)
Outras despesas		(24)	-
		(135.663)	(190.022)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		271.564	110.624
Receitas financeiras	5	53.198	21.660
Despesas financeiras	5	(900.895)	(955.148)
Resultado financeiro, líquido		(847.697)	(933.488)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(576.133)	(822.864)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	195.735	278.997
Prejuízo do exercício		(380.398)	(543.867)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	7	(0,189253)	(0,326633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(380.398)	(543.867)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(380.398)	(543.867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(576.133)	(822.864)
Ajustes para:			
Baixa de ativo de direito de uso e intangível		38	1.376
Depreciação e amortização	4	221.284	195.115
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	50.810	91.130
Provisões		30.132	29.930
Atualização de outorga	5	78.546	197.404
Encargos e variações monetárias, líquidas		756.055	750.392
		560.732	442.483
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(56.615)	(316.199)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(7.373)	(4.021)
Aumento em outros ativos		(2.332)	(7.728)
Aumento (redução) em fornecedores e partes relacionadas		(34.975)	12.026
Aumento em provisões para causas judiciais		-	6
Aumento em obrigações fiscais		2.931	13.582
Aumento em outras obrigações		4.347	9.875
		466.715	150.024
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		466.715	150.024
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		4.214	1.909
Juros pagos de debêntures e arrendamentos		(1.278.023)	(381)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		(807.094)	151.552
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo intangível, imobilizado e ativo de contrato		(196.771)	(1.253.570)
Aplicações financeiras		(352.482)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		(549.253)	(1.253.570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	14 a	-	50.000
Debêntures	12	3.800.000	1.099.998
Custo de transação pago		(264.674)	-
Pagamentos de debêntures e arrendamentos		(2.290.664)	(3.726)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		1.244.662	1.146.272
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(111.685)	44.254
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	155.476	111.222
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	43.791	155.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Rio de Janeiro S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.791	155.476	Fornecedores e outras contas a pagar	11	138.540	105.515
Aplicações financeiras	8	381.168	-	Fornecedores - risco sacado	11	10.614	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	236.995	226.977	Partes relacionadas a pagar	17 b	3.696	101.120
Impostos e contribuições a recuperar		11.671	4.298	Passivo de arrendamento		4.281	3.994
Outros ativos		12.339	10.100	Debêntures	12	65.757	775.530
Total do ativo circulante		685.964	396.851	Obrigações fiscais		16.659	13.728
				Outras obrigações		15.501	11.445
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	549.250	353.515	Poder concedente a pagar	10 a	1.733.150	1.654.604
Outros ativos		93	-	Partes relacionadas a pagar	17 b	102.326	-
Total do realizável a longo prazo		549.343	353.515	Passivo de arrendamento		398	208
				Debêntures	12	5.465.460	3.989.855
Imobilizado		3.464	484	Provisão para perdas com causas judiciais	13	40	6
Ativos de direito de uso		4.604	4.138	Outras obrigações		291	-
Intangível e ativo de contrato	10	7.307.666	7.275.743	Total do passivo não circulante		7.301.665	5.644.673
Total do ativo não circulante		7.865.077	7.633.880				
				Total do passivo		7.556.713	6.656.005
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14 a	560.001	560.001
				Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	14 b	1.503.282	1.503.282
				Prejuízos acumulados		(1.068.955)	(688.557)
				Total do patrimônio líquido		994.328	1.374.726
Total do ativo		8.551.041	8.030.731	Total do passivo e patrimônio líquido		8.551.041	8.030.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Rio de Janeiro S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022		510.001	-	-	(144.690)	365.311
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	50.000	-	50.000
Conversão de AFAC em capital social		50.000	-	(50.000)	-	-
Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações		-	1.503.282	-	-	1.503.282
Prejuízo do exercício		-	-	-	(543.867)	(543.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14 a	560.001	1.503.282	-	(688.557)	1.374.726
Prejuízo do exercício		-	-	-	(380.398)	(380.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14 a	560.001	1.503.282	-	(1.068.955)	994.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receitas		1.429.391	1.066.091
Receita de serviços bruta	3	1.480.238	1.157.221
Outras receitas/despesas		(37)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	(50.810)	(91.130)
Insumos adquiridos de terceiros		(758.325)	(598.935)
Custos dos serviços prestados		(740.376)	(562.571)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.949)	(36.364)
Valor adicionado bruto		671.066	467.156
Depreciação e amortização	4	(221.284)	(195.115)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		449.782	272.041
Receitas financeiras	5	53.198	21.660
Outras receitas		14	-
Valor adicionado total a distribuir		502.994	293.701
Pessoal		92.853	89.006
Remuneração direta		74.412	71.115
Benefícios		15.896	15.499
FGTS		2.545	2.392
Impostos, taxas e contribuições		(108.737)	(205.999)
Federais		(108.737)	(205.999)
Remuneração de capitais de terceiros		899.276	954.561
Juros		793.168	754.209
Aluguéis		867	423
Despesa com atualização de outorga	5	78.546	197.404
Outras		26.695	2.525
Remuneração de capitais próprios		(380.398)	(543.867)
Prejuízo do exercício		(380.398)	(543.867)
Valor adicionado total distribuído		502.994	293.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e sem negociação *free float*, com sede na Av. Ayrtton Senna, 1791, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 19 de março de 2024.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem como objeto principal a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares nas regiões da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargens na capital Rio de Janeiro/RJ, e dos municípios de Miguel Pereira/RJ e Paty do Alferes/RJ. A concessão tem prazo de 35 anos a partir de 7 de fevereiro de 2022, quando assumiu as operações, após 6 meses de operação assistida.

1.3. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$380.398 em comparação a prejuízo de R\$543.867 em 31 de dezembro de 2022, decorrentes principalmente de despesas com juros sobre debêntures, sendo que a alavancagem financeira da Companhia é de 7,17 e 4,73 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, respectivamente (vide nota explicativa n°15). As despesas com juros sobre debêntures foram de R\$786.393 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$707.574 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa n°5.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia está em início das operações de concessão com prazo de 35 anos. Esses indicadores de alavancagem e despesas financeiras são esperados e estão alinhados com a estratégia de financiamento da Administração da Companhia. A Companhia possui uma estratégia financeira estruturada para o financiamento das suas operações. Em 15 de maio de 2023 a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$3,8 bilhões (três bilhões de reais), conforme nota explicativa 12. A captação foi utilizada principalmente para o cumprimento dos passivos de juros e amortização antecipada do principal referentes a 2ª emissão de debêntures no valor total de R\$3.538.035, proporcionando um alongamento nos prazos dos passivos da Companhia passando de curto/médio prazo para longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.
- Definição de estimativas contábeis - Alterações à IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

- Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação - Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.
- Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
- Nota explicativa nº 13 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita oriunda de faturamento para clientes inadimplentes acima de 365 dias não é reconhecida por existir incerteza significativa sobre o recebimento de sua contraprestação.

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

3.2. Composição

	2023	2022
Água	701.194	603.722
Esgoto	608.757	489.016
Construção	243.217	158.554

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Serviços	21.151	3.951
Receita operacional bruta	1.574.319	1.255.243
Abatimentos e cancelamentos	(94.081)	(98.022)
Impostos sobre serviços	(121.211)	(94.470)
Deduções	(215.292)	(192.492)
Receita operacional líquida	1.359.027	1.062.751

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2023	2022
Água	(341.090)	(276.353)
Depreciação e amortização	(221.284)	(195.115)
Custo de construção	(243.217)	(158.554)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(50.810)	(91.130)
Despesas com pessoal	(101.581)	(97.185)
Serviços de terceiros	(52.939)	(62.269)
Outorga e taxas de fiscalização	(42.794)	(28.039)
Outros custos e despesas	(33.725)	(43.482)
Total	(1.087.439)	(952.127)
Custo dos serviços prestados	(951.800)	(762.105)
Despesas administrativas e gerais	(135.639)	(190.022)

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre debêntures e sobre aplicações financeiras e despesas com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	44.255	17.704
Juros de contas a receber de clientes	8.427	3.817
Outras receitas financeiras	516	139
Total	53.198	21.660
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(786.393)	(707.574)
Juros sobre arrendamento	(301)	(380)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	(6.474)	(46.255)
Despesa com atualização de outorga	(78.546)	(197.404)
Fiança bancária	(23.720)	-
Outras despesas financeiras	(5.461)	(3.535)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Total	(900.895)	(955.148)
Despesas financeiras líquidas	(847.697)	(933.488)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	501.385	331.703	-	-	169.682	257.713
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida (b)	66.767	34.663	-	-	32.104	34.663
Outras diferenças temporárias	2.936	2.415	-	-	521	1.887
Diferimento receita órgão público	-	-	1.466	-	(1.466)	-
Direitos a faturar	-	-	20.372	15.266	(5.106)	(15.266)
	571.088	368.781	21.838	15.266	195.735	278.997
Compensação (*)	(21.838)	(15.266)	(21.838)	(15.266)	-	-
Total	549.250	353.515	-	-	195.735	278.997

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

(b) Vide política contábil contaste na nota explicativa nº 3.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2023	2022
Resultado do exercício antes dos impostos	(576.133)	(822.864)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa / crédito com imposto a alíquota nominal	195.885	279.774
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(302)	(751)
Outras	152	(26)
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	195.735	278.997
Imposto diferido	195.735	278.997
Alíquota efetiva	34%	34%

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2023	2022
2025	-	1.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

2026	-	3.532
2027	9.876	17.440
2028	17.987	32.032
2029 em diante	521.387	313.927
Total	549.250	368.781

Conforme nota explicativa nº 1.3, a Companhia possui saldo de impostos diferidos ativos devido aos prejuízos gerados pelo início da operação. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais.

7. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(380.398)	(543.867)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.010.001.000	1.665.069.493
Resultado por ação básico e diluído (reais) (*)	(0,189253)	(0,326633)

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº14 b, a Companhia possui 1,4 bilhão de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

8.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Composição

	Taxa média de remuneração	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos		3.624	5.184
Operações compromissadas	6,52% 2023 e 9,16% 2022	7.004	13.000
Certificado de depósito bancário	13,30% 2023 e 12,58% 2022	33.163	126.389
Fundo de investimento	12,81% 2022	-	10.903
Total caixa e equivalentes de caixa		43.791	155.476
Aplicações financeiras			
Fundo de investimento (*)	13,90% 2023	381.168	-
Total aplicações financeiras		381.168	-

(*) Fundo de investimento exclusivo do Grupo Iguá, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa referenciados ao DI. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 16. O fundo de investimento contido na linha de aplicações financeiras é, majoritariamente, de renda fixa tipo FIC, remunerado em condições e taxas normais de mercado.

9. Contas a receber e outros recebíveis

9.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

9.2. Composição

	Nota	2023	2022
Contas a receber de saneamento e serviços		308.900	267.402
Direitos a faturar (a)		66.026	49.475
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(141.940)	(91.130)
		232.986	225.747
Operações mensais - partes relacionadas	17 b	20	90
Outros		3.989	1.140
Total		236.995	226.977

(a) São os serviços prestados e ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2023	2022
A vencer	244.421	227.439
Vencidos até 30 dias	12.179	16.784
Vencidos entre 31 e 60 dias	6.403	13.159
Vencidos entre 61 e 90 dias	5.133	4.276
Vencidos entre 91 e 120 dias	5.019	9.352
Vencidos entre 121 e 150 dias	3.270	8.638
Vencidos entre 151 e 180 dias	2.841	7.843
Vencidos acima de 180 dias	95.660	29.386
Total	374.926	316.877

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	-
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	91.130
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.130
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	50.810
Saldo em 31 de dezembro de 2023	141.940

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

10. Intangível e ativo de contrato

10.1. Política contábil

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pelo Grupo e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados, uma vez que dada a essência da outorga (montante pago em decorrência de contrato de concessão), a Administração da Companhia entende que esta não atende os critérios e definição de ativo qualificável (conforme definido pelo CPC 20 (R1)) e, desta forma, respectivas despesas de juros não são capitalizadas.

10.2. Composição

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga da concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	6.221	7.301.819	235	7.308.275
Adições	-	158.554	-	1.632	160.186
Transferências	101.824	(101.824)	-	-	-
Amortização	-	-	(191.200)	(64)	(191.264)
Baixas	-	-	(1.454)	-	(1.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.824	62.951	7.109.165	1.803	7.275.743
Adições	-	243.254	-	3.541	246.795
Transferências	136.642	(136.642)	-	-	-
Amortização	(5.798)	-	(208.582)	(454)	(214.834)
Baixas	(38)	-	-	-	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232.630	169.563	6.900.583	4.890	7.307.666

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2022			2023	
		Custo total	Adições	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,01	7.425	-	-	1.512	8.937
Máquinas, aparelhos e equipamentos	15,00	9.583	-	-	17.294	26.877
Rede de Água	3,00	44.735	-	(38)	70.834	115.531
Rede de Esgoto	3,01	40.081	-	-	47.002	87.083
Total		101.824	-	(38)	136.642	238.428
Amortização acumulada		-	(5.798)	-	-	(5.798)
Total líquido		101.824	(5.798)	(38)	136.642	232.630

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2021			2022	
		Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,94	-	-	-	7.425	7.425
Máquinas, aparelhos e equipamentos	15,00	-	-	-	9.583	9.583
Rede de Água	2,94	-	-	-	44.735	44.735
Rede de Esgoto	2,94	-	-	-	40.081	40.081
Total		-	-	-	101.824	101.824
Amortização acumulada e impairment		-	-	-	-	-
Total líquido		-	-	-	-	101.824

(*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(ii) Outorga de concessão

Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 incluindo outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). A Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$1.733.150 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.654.604 em 31 de dezembro de 2022) referente a parcela de R\$1.457.200 atualizada pelo IPCA até o momento do pagamento que será liquidado em 2025. A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 reconheceu juros de atualização no montante de R\$78.546 (R\$197.404 em 31 de dezembro de 2022), na rubrica “despesas financeiras” conforme nota explicativa nº 5.

A taxa de amortização é de 2,86% a.a.

b) Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão registrado no intangível.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - foram projetadas entre 2024 e o término do período de concessão, considerando os reajustes tarifários ordinários, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto e crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da UGC.
- Custos e despesas operacionais - foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 9,06% (9% em 31 de dezembro de 2022).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócio 23-27 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de *impairment*.

11. Fornecedores

	2023	2022
Água comprada para revenda (*)	62.653	58.293
Fornecedores diversos	75.887	47.222
Fornecedores - risco sacado (**)	10.614	-
Circulante	149.154	105.515
Total	149.154	105.515

(*) Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual e pelo volume fixado para cada período durante os três primeiros anos, conforme previsto no contrato de interdependência.

(**) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

12. Debêntures

12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

12.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		2023	2022
		a.a. (*)	Vencimento		
Debêntures 1ª emissão (**)		1,20	2026	32.293	27.935
Debêntures 2ª emissão	CDI	16,84	2025	1.785.389	4.808.177
Debêntures 3ª emissão (**)		2,00	2025	15.732	13.616
Debêntures 4ª emissão - 1ª série	IPCA	12,82	2043	2.110.388	-
Debêntures 4ª emissão - 2ª série	IPCA	12,59	2052	1.897.308	-
				5.841.110	4.849.728
(-) Custo de transação				(309.893)	(84.343)
Circulante				65.757	775.530
Não circulante				5.465.460	3.989.855
Total				5.531.217	4.765.385

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

(**) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Debêntures obrigatoriamente conversíveis

1ª emissão

Em 04/04/2022 a Companhia aditou a escritura da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$1.240.277. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 09/08/2026. A Iguá Saneamento S.A. no papel de debenturista na hipótese de conversão será detentora de 1.150.000.000 de ações.

3ª emissão

Em 27/01/2022 a Companhia emitiu 300.000 de debêntures ao valor nominal unitário de R\$1,00. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 27/01/2025. O preço de conversão é fixo e corresponde à relação de 1 ação por 1 debênture.

Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão e 3ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1ª emissão	3ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	1.240.277	300.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,60%	15,54%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	1,20%	2,00%
Prazo (meses)	29	37
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	25.084	11.912
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº14 b)	1.215.194	288.088

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações. A Companhia considerou CDI + 1,20% e CDI + 2,0%, respectivamente.

(b) Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações.

Debêntures simples, não conversíveis

2ª emissão

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta pública, com esforços restritos da Companhia o montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000 (primeira tranche no valor de R\$3.200.000 emitida em 31 de julho de 2021 e segunda tranche no valor de R\$799.998 em 04 de fevereiro de 2022), com vencimento em 31 de julho de 2025 e remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

4ª emissão

Em 15 de maio de 2023, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em duas séries, inicialmente, no montante de R\$ 3.800.000. A 1ª série no montante de R\$ 2.000.000 possui vencimento final em 15/05/2043 e remuneração fixa equivalente a 8,20% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. A 2ª série no montante de R\$ 1.800.000 possui vencimento final em 15/05/2052 e remuneração fixa equivalente a 7,97% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA.

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia, consistem em alienação de ações, fiança bancária, fiança da controladora Iguá Saneamento S.A., cessão fiduciária de direitos do contrato de concessão pública.

12.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das debêntures

	Debêntures
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.414.592
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	1.099.998
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.099.998
Outras variações	
Custo de transação a pagar - partes relacionadas	249
Reclassificação debêntures conversíveis em ação	(1.503.282)
Provisão de juros - partes relacionadas	46.255
Provisão de juros	707.573
Total de outras variações	(749.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.765.385
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	3.800.000
Custo de transação pago	(264.674)
Amortização de principal	(2.284.639)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.250.687
Outras variações	
Custo de transação	39.124
Pagamento de juros	(1.277.722)
Provisão de juros - partes relacionadas	6.474
Provisão de juros	747.269
Total de outras variações	(484.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.531.217

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

12.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants*.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Operação	Índices financeiros
2ª emissão de debêntures	Capital social total integralizado/capitalização total maior ou igual a 25%. (A capitalização total é representada pelo somatório do capital social total integralizado e da dívida bruta, excluídas as operações com partes relacionadas.)

13. Provisão para perdas em causas judiciais

13.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.2. Composição

	Cíveis
Saldo em 1º janeiro de 2022	-
Adições	6
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6
Adições	40
Baixas/reversões	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de R\$25.966 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$20.936 mil em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$560.001 (R\$ 560.001 em 31 de dezembro de 2022), representado por 560.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Saneamento S.A. detém 100% das ações.

Em 12 de agosto de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$50.000, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, em decorrência da conversão do AFAC realizado em 1 de fevereiro de 2022.

Em 30 de abril de 2023, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Iguá Projetos S.A., então controladora direta da Companhia, foi totalmente incorporada pela Iguá Saneamento S.A. que passou a partir de então a assumir o controle direto Companhia.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R\$717.370 mil.

A Companhia deverá obedecer ao cronograma exigido no Contrato de Concessão para aumento de seu capital social sujeito a uma multa sobre o faturamento, de modo que o capital social mínimo subscrito e integralizado deverá ser de:

- R\$524.548 até o final do 1º ano da concessão;
- R\$554.852 até o final do 2º ano da concessão;
- R\$603.681 até o final do 3º ano da concessão;
- R\$661.030 até o final do 4º ano da concessão; e
- R\$717.370 até o final do 5º ano da concessão.

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

	Data	Prazo de vencimento	Taxa de juros	Quantidade (em milhares)	Total registrado em patrimônio líquido
1ª emissão	2022	09/08/2024	1,20%	1.150.000	1.215.194
3ª emissão	2022	27/01/2025	2,00%	300.000	288.088

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R\$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

15. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	7.556.713	6.656.005
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(424.959)	(155.476)
(=) Dívida Líquida (A)	7.131.754	6.500.529
Total do patrimônio líquido (B)	994.328	1.374.726
Índice de alavancagem (A/B)	7,17	4,73

A dívida líquida seguirá aumentando até 2025, quando está previsto o desembolso do último “take out” da dívida de longo prazo da Companhia. Além disso, a Companhia, continuará acumulando prejuízo contábil até esta mesma data, logo, até 2025 ainda é esperado o aumento do referido índice.

16. Instrumentos financeiros

16.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (Nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	40.167	150.292	3.624	5.184	-	-
Aplicações financeiras	8	381.168	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	236.995	226.977	-	-
Ativos financeiros		421.335	150.292	240.619	232.161	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	149.154	105.515
Partes relacionadas a pagar	17 b	-	-	-	-	106.022	101.120
Poder concedente a pagar	10 a	-	-	-	-	1.733.150	1.654.604
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	4.679	4.202
Debêntures (*)	12	-	-	-	-	5.841.110	4.849.728
Passivos financeiros		-	-	-	-	7.834.115	6.715.169

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

16.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem recebíveis decorrentes de suas atividades operacionais. No contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.791	155.476
Aplicações financeiras	8	381.168	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	236.995	226.977
Total		661.954	382.453

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar	11	149.154	105.515
Passivo de arrendamento		4.679	4.202
Partes relacionadas a pagar	17 b	106.022	101.120
Poder concedente a pagar	10 a	1.733.150	1.654.604
Debêntures (*)	12	5.841.110	4.849.728
Circulante		300.787	1.018.808
Não circulante		7.533.328	5.696.361
Total		7.834.115	6.715.169

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 341 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	149.154	149.154	149.154	-	-	-	-	-
Poder concedente a pagar	1.733.150	1.862.771	-	1.862.771	-	-	-	-
Debêntures (*)	5.841.110	22.426.454	251.952	2.824.856	432.639	388.374	433.850	18.094.784
Total	7.723.414	24.438.379	401.106	4.687.627	432.639	388.374	433.850	18.094.784

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 341 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	105.515	105.515	105.515	-	-	-	-	-
Poder concedente a pagar	1.654.604	1.875.949	-	-	1.875.949	-	-	-
Debêntures (*)	4.849.728	6.612.759	1.289.674	676.649	4.646.436	-	-	-
Total	6.609.847	8.594.223	1.395.189	676.649	6.522.385	-	-	-

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

iv) *Risco de preço*

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Cenários											
			Provável				Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor		
Ativos financeiros														
Aplicações financeiras	421.335	CDI	10,57	44.535	13,21	55.658	15,86	66.824	7,93	33.412	5,28	22.246		
Total	421.335			44.535		55.658		66.824		33.412		22.246		
Passivos financeiros														
Debêntures 2ª emissão	(1.785.389)	CDI	10,04	(179.253)	12,55	(224.066)	15,06	(268.880)	7,53	(134.440)	5,02	(89.627)		
Debêntures 4ª emissão	(4.007.696)	IPCA	3,50	(140.269)	4,38	(175.537)	5,25	(210.404)	2,62	(105.002)	1,75	(70.135)		
Poder concedente a pagar	(1.733.150)	IPCA	3,50	(60.660)	4,38	(75.912)	5,25	(90.990)	2,62	(45.407)	1,75	(30.328)		
Total	(7.526.235)			(380.182)		(475.515)		(570.274)		(284.849)		(190.090)		
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(7.104.900)			(335.647)		(419.857)		(503.450)		(251.437)		(167.844)		
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(84.210)		(167.803)		84.210		167.803		

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

17. Partes relacionadas

17.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

17.2. Composição

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram reconhecidos benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”. O total de remuneração aprovada para o exercício de 2023 é no montante de R\$3.410. A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2023	2022 (*)
Remuneração da diretoria	1.179	1.080
Participação nos lucros e resultados	962	743
Encargos sociais	428	277
Benefícios diretos e indiretos	74	63
Total	2.643	2.163

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração apresentada considera diretoria executiva e diretoria operacional. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia passou a considerar para fins de apresentação dessa nota explicativa a diretoria executiva e o conselho de administração.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures	(Nota 9)	(Nota 9)				
Repassé de recursos e custos - Spat Saneamento (a)	-	-	236	236	-	-
Repassé de recursos e custos - Iguá Projetos (a)	-	-	-	4.230	-	-
Repassé de recursos e custos - Iguá Saneamento (a)	20	86	105.425	96.316	(43.001)	(40.197)
Repassé de recursos e custos (a)	-	4	33	-	(6)	(128)
Serviços prestados / Locação de Equipamentos - Fluxx.ia (b)	-	-	328	338	(1.342)	(338)
Debêntures - Iguá Saneamento (nota explicativa 12)	-	-	48.025	41.551	(6.474)	(46.255)
Circulante	20	90	3.696	101.120	-	-
Não circulante	-	-	150.351	41.551	-	-
Total	20	90	154.047	142.671	(50.823)	(86.918)

(a) Refere-se a repasses de recursos pagos durante o período em que a Companhia esteve em fase de operação assistida e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(b) Refere-se à prestação de serviços e locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.

18. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis a Companhia, são as seguintes:

	2023	2022
Riscos operacionais	250.000	251.500
Seguro garantia	78.615	74.517
Responsabilidade civil	70.000	50.000
Patrimonial	76.845	90.975
Risco de engenharia	22.500	-
Total	497.960	466.992

19. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente correspondente a 3,5% (3% de outorga + 0,5% para o Instituto Rio Metrôpoles – Fundo de desenvolvimento) no caso do município do Rio de Janeiro e 3% nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$40.253 (R\$23.369 em 31 de dezembro de 2022).

b) Taxa de regulação

De acordo com o art. 19 da Lei nº 4.556/05 deverá ser recolhida taxa de regulação de serviços concedidos e permitidos, mensurada por meio da aplicação da alíquota de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente pelo concessionário, excluídos os tributos sobre ela incidentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$5.976 (R\$4.669 em 31 de dezembro de 2022).

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle físico dos bens reversíveis e formalizar as movimentações ao poder concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

d) Decorrente da compra de água da CEDAE

Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual.

Durante os próximos 14 meses de concessão, a Companhia pagará por um volume fixo de água, conforme estimativas abaixo:

- Ano 2 – 07/02/2023 até 07/02/2024 - R\$40.949;
- Ano 3 – 07/03/2024 até 08/02/2025 - R\$388.508.

20. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	53.418	-
Total	53.418	-

Iguá Rio de Janeiro S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Composição da Diretoria

Diretoria

Eduardo Marques de Almeida Dantas
William Gomes Figueiredo
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0